



ESCOLA DE
HUMANIDADES

ESTUDOS IBERO-AMERICANOS

Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 51, n. 1, p. 1-4, jan.-dez. 2025
e-ISSN: 1980-864X | ISSN-L: 0101-4064

<http://dx.doi.org/10.15448/1980-864X.2025.1.48785>

DOSSIÊ: 150 ANOS DE IMIGRAÇÃO ITALIANA NO BRASIL

Apresentação do Dossiê 150 Anos da Imigração Italiana no Brasil

Presentation of the Dossier 150 Years of Italian Immigration to Brazil

Presentación del Dossier 150 Años de Inmigración Italiana a Brasil

Antonio de Ruggiero¹

orcid.org/0000-0002-5724-5709
antonio.deruggiero@gmail.com

Alberto Barausse²

orcid.org/0000-0002-8326-046X
barausse@unimol.it

Recebido em: 31 ago. 2025.

Aprovado em: 7 set. 2025.

Publicado em: 17 dez. 2025.

Organizador 1: Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PPGH/PUCRS) e Docente do Curso de Graduação em História (disciplinas ministradas: História Contemporânea; Teoria e Historiografia; História do Brasil Monárquico). Com Pós-Doutorado (programa PNPd/ Capes) na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2013-2016), é Doutor em História Moderna e Contemporânea pela Università degli Studi di Firenze - Itália (2011), formado em História pela mesma universidade. Os seus estudos têm ênfase em história política italiana (séculos XIX e XX) e história socioeconômica. Desenvolve e orienta pesquisas sobre a história da imigração italiana no Brasil com foco particular sobre os aspectos do transnacionalismo; multiculturalismo; imigração qualificada e empresarial; imigração e urbanização; imigração política; imprensa étnica. É coordenador do projeto internacional Capes/Print Migrações: Perspectivas Histórico-Conceituais e Análise de Fenômenos Contemporâneos (Brasil, Itália, Alemanha, Holanda, França); colaborador no grupo de pesquisa TRANSFOPRESS Brasil-Grupo de estudo da imprensa e língua estrangeira no Brasil (CNPq) da UNESP. É membro da Associação Internacional AREIA (Audioarchivio delle migrazioni tra Europa e América Latina – Università di Genova – Itália) e da ABHO (Associação Brasileira de História Oral); pesquisador na Rede Internacional de estudos de língua, história e cultura italiana, que envolve as Universidades de Nantes (França), Calábria (Itália), Groningen (Holanda) e PUCRS (Brasil); sócio-fundador da Associazione dei Ricercatori Italiani in Brasile (ARIB).

Organizador 2: Alberto Barausse é professor titular de História das Escolas e Instituições Educacionais na Universidade de Molise, onde fundou e dirige o Centro de Documentação e Pesquisa sobre a História das Instituições Escolares, Livros Escolares e Literatura Infantil (CeSIS) e o Museu da Escola e da Educação Popular. Publicou vários estudos sobre a história das políticas escolares na era contemporânea e sobre processos escolares, culturais e educacionais, tanto no contexto nacional italiano quanto em contextos migratórios e coloniais, com referência especial à Europa e às Américas. Suas áreas de pesquisa são orientadas para o foco em aspectos da cultura material da escolarização e do patrimônio histórico educacional em uma perspectiva transnacional. Ele é membro da diretoria da Sociedade Italiana para o Estudo do Patrimônio Histórico Educacional (SIPSE) e membro do Centro Italiano de Pesquisa Histórica Educacional (CIRSE). É membro de vários grupos de pesquisa internacionais e faz parte do Conselho Editorial das revistas internacionais *History of Education and Children's Literature*, *Revista de História da Educação* e *Cadernos de História da Educação*.



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Apresentação

Em 2025, celebram-se os 150 anos da imigração italiana no Rio Grande do Sul. De fato, com as políticas imigratórias de "colonização agrícola"

¹ Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

² Università degli Studi del Molise, Campobasso, Molise, Italia.

neste estado, a partir de 1875, começaram os primeiros ingressos massivos de peninsulares no Brasil. Hoje, são aproximadamente 32 milhões de descendentes italianos no país inteiro. Entre 1875 e o início da Primeira Guerra Mundial, período conhecido como "Grande Emigração Italiana", cerca de 1,3 milhão de peninsulares ingressaram no Brasil. Fluxos menores ocorreram após a Primeira Guerra Mundial até as restrições brasileiras da década de 1930 e, posteriormente, em menor número, no período pós-Segunda Guerra.

As primeiras chegadas em massa de famílias camponesas italianas respondiam a projetos imperiais retomados depois das experiências pioneiras que, desde a Independência, haviam favorecido a formação de algumas colônias europeias, em particular de alemães, nos estados sulinos. Nos anos seguintes, o imperador passou a encarar a imigração de forma cada vez mais favorável, como parte de uma transformação imposta por políticas populacionais e novas legislações que, a partir de 1850, alteraram a propriedade fundiária, valorizando terras devolutas não cultivadas. A partir do final da década de 1860, o governo passou a contratar agências de imigração para atrair famílias europeias. No caso da Itália, foi dada preferência aos habitantes das regiões do norte, considerados os imigrantes ideais para ocupar permanentemente algumas terras disponíveis nas províncias brasileiras mais ao sul, no interior do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina (incluindo também, em parte, a província do Espírito Santo, mais ao norte). O objetivo era criar uma classe média de trabalhadores agrícolas em áreas que, embora ainda cobertas por vastas florestas, ofereciam bom potencial de desenvolvimento futuro. Em poucos anos, até o início da década de 1890, aproximadamente 150.000 italianos responderam a esse chamado nos estados sulinos, com uma grande maioria no Rio Grande do Sul. Essa dinâmica mudou toda a composição política, social e econômica das regiões meridionais, com um impacto demográfico substancial em províncias até então muito escassamente povoadas.

O maior fluxo de italianos para o Brasil, no

entanto, ocorreu entre 1886 e 1902, período em que, graças aos incentivos das "agências de promoção da emigração", muitos emigrantes se mudaram para o estado de São Paulo para trabalhar nas plantações de café. Alguns deles retornaram posteriormente à Itália, enquanto muitos outros gradualmente se dirigiram para a capital e as cidades do interior em crescimento e desenvolvimento acelerado. Esse processo se intensificou no início do século XX, envolvendo também os estados de Espírito Santo e Minas Gerais, onde a agricultura foi complementada por oportunidades de emprego nos setores industrial e comercial.

Até 1902, a emigração era subsidiada para trabalhadores rurais chamados a substituir a mão de obra escrava. Os italianos recebiam um salário, mas enfrentavam condições de trabalho extremamente duras, especialmente em tempos de crise. Foi justamente a crise de superprodução iniciada em 1898 que alterou o equilíbrio de poder e gerou preocupação entre as autoridades políticas na península. Em 1902, após a elaboração de relatórios por dois inspetores italianos, o governo de Roma decidiu revogar, por meio do "Decreto Prinetti", a licença especial que algumas empresas haviam obtido para o transporte gratuito de emigrantes, após terem observado as péssimas condições enfrentadas pelos agricultores italianos nas fazendas de café. As difíceis condições na lavoura, combinadas com os abusos e a exploração impostos, provocaram frequentes protestos por parte dos agricultores. Contemporaneamente, começava a surgir um proletariado italiano incipiente, composto por imigrantes que, após trabalharem na agricultura, encontraram emprego nas primeiras fábricas têxteis de propriedade de brasileiros na década de 1890. Numerosos ativistas italianos pertencentes ao movimento trabalhista, incluindo socialistas e anarquistas, encontraram em São Paulo um ambiente favorável à promoção de jornais, revistas e iniciativas de protesto. Essa atividade se intensificou ainda mais nas primeiras décadas do século XX, paralelamente à expansão da industrialização, que envolveu tanto empresários

quanto trabalhadores, entre os muitos imigrantes peninsulares presentes.

A desaceleração da emigração agrícola não impediu a continuidade de uma mobilidade migratória espontânea, sustentada por sólidas cadeias migratórias e pelos chamados de parentes radicados no Brasil. A indústria cafeeira impulsionou todo o estado de São Paulo, favorecendo uma onda de modernidade e progresso, acompanhada por um crescimento populacional substancial, mesmo em pequenas cidades do interior. O papel desempenhado pela emigração nessa fase de desenvolvimento é unanimemente reconhecido. Os italianos constituíram o principal núcleo de todo o fluxo migratório para São Paulo. Cerca de dois terços da emigração italiana para o Brasil, ou aproximadamente um milhão de indivíduos, dirigiram-se a esse estado durante o período da grande emigração.

Às vésperas da Primeira Guerra Mundial, haviam estabelecido comunidades numerosas e permanentes, algumas espalhadas por áreas agrícolas e regiões recém-colonizadas, outras firmemente enraizadas nos principais centros urbanos do país. Especialmente nas cidades mais industrializadas, os italianos se destacavam por sua capacidade de mobilização política diante das dificuldades ditadas pelo sistema capitalista brasileiro. Muitos estudos destacaram a ampla adesão dos peninsulares a várias correntes políticas, como socialismo, anarquismo e anarcossindicalismo. Ao mesmo tempo, mesmo em regiões menos industrializadas, imigrantes italianos fundaram inúmeras associações de mútuo socorro. Estas, caracterizadas por divisões regionalistas ou ideológicas, mesmo quando não possuíam uma verdadeira conotação de classe, foram organizadas para suprir a falta de instituições e políticas sociais que atendessem às necessidades econômicas, de saúde e educacionais dos imigrantes.

A partir da década de 1920, a consolidação do regime fascista na Itália e, posteriormente, políticas imigratórias mais restritivas no Brasil de Vargas marcaram um declínio na imigração para essas terras. E mesmo quando, após a Segunda

Guerra Mundial, algumas das cadeias migratórias do passado foram reativadas – favorecendo fluxos relacionados aos setores comercial e industrial, bem como à reunificação familiar –, as chegadas de italianos ainda eram muito limitadas em comparação ao século anterior: aproximadamente 110.000 entre 1946 e 1960, com 31.000 que logo retornaram à Itália. Nos quinze anos seguintes, a emigração declinou drasticamente, limitando-se a algumas centenas de pessoas por ano, frequentemente atraídas por motivos pessoais ou pela possibilidade de contratos com indústrias italianas sediadas no Brasil.

É muito interessante examinar as estatísticas oficiais sobre a população brasileira em 1940. Em relação à questão da nacionalidade, constata-se que, apesar da vigorosa campanha travada pelo regime de Vargas, poucos italianos se naturalizaram brasileiros. O censo também mostrou que, apesar dos processos de assimilação forçada, um elevado número de indivíduos ainda se comunicava em sua língua materna em casa, embora, em geral, quase todos falassem português fluentemente e estivessem integrados à cultura local. Desde o último quarto do século XX, particularmente nos estados do sul brasileiro, emergiu um fortalecimento da identidade italiana entre os descendentes, que utilizaram esse recurso simbólico como uma ferramenta útil para promover o turismo, a gastronomia "colonial" e as paisagens evocativas do vinho e da agricultura mista. Mesmo nos principais centros urbanos de imigração, festas, feiras populares, procissões religiosas e eventos culturais em geral ainda hoje são promovidos com frequência. Ao mesmo tempo que essas manifestações expressam um orgulho vinculado a uma identidade italiana, frequentemente idealizada, também estão associadas a formas de hibridismo e inclusão cultural mais plural.

Concordamos com o historiador Jeffrey Lesser, que, numa comparação entre os modelos norte-americano e brasileiro, afirmou que, no Brasil, o processo de "assimilação" de imigrantes europeus tem sido muito mais fraco do que o observado nos Estados Unidos. Apesar do in-

terlúdio nacionalista, em geral, os estrangeiros se tornaram brasileiros por meio de processos mais graduais de "aculturação", tanto que até hoje, entre descendentes que são plenamente brasileiros e que cantam com orgulho seu hino nacional, não é tabu definir-se simultaneamente como "italiano", "alemão", "japonês" etc.³

Ao mesmo tempo, é inegável que nas regiões Sul e Sudeste, mais afetadas por essa imigração, muitos traços da cultura italiana estão presentes e vivos até hoje. Rubens Ricupero, embaixador, diplomata e intelectual brasileiro, enfatizou como, mais do que fenômenos externos facilmente identificáveis, como culinária, música e arte, a marca da italianidade está enraizada na alma brasileira:

O que conta realmente, é o que ficou impregnado na essência do brasileiro, na fala do paulistano, no domínio do gesto, na energia criadora, na alegria diante do belo, no inconformismo ante a iniquidade social. Já não se pode mais definir a experiência humana do nosso povo sem levar em conta a componente italiana, ao lado da africana, indígena, portuguesa, alemã, dos demais povos que mesclaram seu sangue com o nosso⁴.

Em conclusão, por ocasião dessa importante efeméride, a proposta foi aquela de organizar um dossiê específico, com o objetivo de trazer contribuições atualizadas por parte de especialistas que se aprofundaram em diferentes aspectos relativos ao tema. A finalidade foi aquela de acompanhar o que vem sendo pesquisado em perspectiva internacional, oferecendo aos leitores os resultados de investigações originais e multidisciplinares. Nos onze artigos que seguem, elaborados por autores que atuam no mundo acadêmico italiano e brasileiro, são enfatizadas as ligações históricas entre os dois países e os processos de mobilidade que geraram dinâmicas de hibridismo cultural, com reflexos evidentes em vários campos na organização de toda a sociedade brasileira. O objetivo é ressaltar a complexidade do tema através da produção científica

mais recente que, com diversas abordagens teóricas, estimula a perspectiva do cruzamento interdisciplinar nos âmbitos socioeconômico, político, religioso, educacional e cultural. O dossiê se conclui com uma entrevista exclusiva ao professor aposentado Angelo Trento, autor de inúmeros estudos sobre a história da imigração italiana no Brasil e, em particular, da obra clássica principal: *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*, que permanece uma referência absoluta para todos os pesquisadores sobre o tema⁵.

³ LESSER, Jeffrey. *A invenção da brasilidade: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

⁴ RICUPERO, Rubens. A essência do gesto. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, ano 6, n. 72, p. 22-23, 2011.

⁵ A obra, publicada pela primeira vez no Brasil em 1989, foi recentemente atualizada e republicada: TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico*. São Paulo: Editora Unesp, 2022.